



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

### TERMO DE CONVÊNIO Nº 10/2012

**Processo Administrativo nº 11/10/45260**

**Interessado:** SME – Secretaria Municipal de Educação

**Objeto do Convênio:** Execução de Programas complementares de **Educação Especial** a serem desenvolvidos pela Entidade conforme Plano de Trabalho em consonância com as diretrizes da SME

Por este instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CAMPINAS**, doravante simplesmente denominado SME (Secretaria Municipal de Educação), devidamente representado neste ato e, de outro, a Entidade **ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS AUTISTAS EM CAMPINAS – ADACAMP** doravante denominada ENTIDADE, reconhecida como Órgão de Utilidade Pública Municipal, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ./MF sob nº 59.002.733/0001-08, registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA – sob o nº 022 e no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS - sob o nº 13, com sede na Rua: Padre Francisco de Abreu Sampaio nº 349, Parque Itália, CEP 13.036-40, Campinas, representada por seu Presidente Ricardo Jordão Rocha, portador da cédula de identidade sob nº 3.632.885-6, inscrito no CPF/MF sob nº 667.590.138-91, tem certo e ajustado, de acordo com as disposições Lei Municipal 10.869 de 29/06/01 e da Lei Municipal 11.279 de 19/06/02, regulamentadas pelo Decreto Municipal 13.673 de 26/07/01, alterada pela Lei Municipal 13.642 de 24/07/09 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 – LDBN -, conforme as seguintes cláusulas:

#### PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente convênio tem por objeto, mediante a conjugação de esforços mútuos entre os partícipes, a cooperação financeira para execução de programas complementares de educação especial apoiados pela SME (Secretaria Municipal de Educação) a serem desenvolvidos pela

1



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ENTIDADE nele localizada, conforme os recursos educacionais e estratégias de apoio, colocadas à disposição das crianças, jovens e adultos com deficiência, proporcionando diferentes alternativas de atendimento, conforme suas necessidades, em consonância com a Política Pública da Secretaria Municipal de Educação no Paradigma de Educação Inclusiva.

1.1.1 O repasse de recursos, objeto desse convênio, deverá ser aplicado pela ENTIDADE executora, para o desenvolvimento do trabalho conforme dispões a LDBN nº 9.394/96, arts.58, 59, 60, 70 e 71 e a Lei Municipal 10.869 de 29/06/01 e a Lei Municipal 11.279 de 19/06/02, regulamentadas pelo Decreto Municipal 13.673 de 26/07/01, alterada pela Lei Municipal 13.642 de 24/07/09, vedada a aquisição de bens permanentes e também as despesas discriminadas no item 1.2 adiante.

1.2. É VEDADA A APLICAÇÃO DOS RECURSOS PARA DESPESAS COMO:

### 1.2.1 - PESSOAL

Pagamento de profissionais da área administrativa e da área de apoio, **exceto** assistente administrativo, servente, guarda, cozinheira e monitor.

### 1.2.2. - ENCARGOS E/OU BENEFÍCIOS TRABALHISTAS

- a) PIS;
- b) Contribuições a Entidades de Classe;
- c) Insalubridade.

### 1.2.3 - CONSUMO

- a) Aquisição de gêneros alimentícios, incluindo guloseimas, lanches, refeições e contratação de serviço de Buffet;
- b) Calculadora de bolso;
- c) Aquisição de brinquedos ou jogos em desacordo com o objetivo do Projeto Sócio Pedagógico de atendimento às crianças, jovens e adultos, assim como à sua faixa etária;
- d) Materiais de escritório para uso na área administrativa da ENTIDADE;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

- e) Materiais próprios para criadouro e alimentação de animais de qualquer espécie;
- f) Itens característicos para decoração de ambientes e recintos da ENTIDADE;
- g) Despesa de qualquer espécie que caracterize, auxílio assistencial, individual ou coletivo;
- h) Multa de qualquer espécie, incluindo aquelas por atraso de pagamento dos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários;
- i) Transferência de recursos financeiros, a qualquer título, a terceiros;
- j) Aquisição de ferramentas e materiais de artesanato de qualquer espécie;
- k) Aquisição de bens permanentes, tais como: mesa, cadeira, carteiras, armários, quadro de avisos, quadro branco, equipamentos audiovisuais, estabilizador, equipamentos de cozinha, eletrodomésticos, playground, gangorras, caixas/piscinas de areia, brinquedos e outros bens de material resistente.

### 1.2.4 - SERVIÇOS E OUTROS

- a) Infra-estrutura como construções, ampliações e reformas de prédios ou salas, assim como aquisição de materiais de construção, elétricos e hidráulicos;
- b) Pagamento de juros, taxas e tarifas de qualquer natureza;
- c) Aquisição de medalhas, prêmios, flores, presentes e outros itens que se constituam em benefício individual;
- d) Aquisição ou confecção de uniformes, camisetas e vestuário em geral que se constituam em benefício individual;
- e) Aquisição ou confecção de impressos em geral;
- f) Pagamento de gás de cozinha, de materiais e serviços de manutenção de veículos, de combustíveis, de transporte para desenvolver ações administrativas ou pedagógicas, serviço de táxi, pedágio e estacionamento;
- g) Pagamento de água, luz, telefone e aluguéis;
- h) Plastificação, encadernação e serviços contábeis sejam estes prestados por contador ou por escritório de contabilidade;
- i) Pagamento, de qualquer título, a servidores da Administração Pública, Estadual e Municipal;
- j) Pagamento, a qualquer título aos membros da direção da ENTIDADE e a pessoas que



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

- possuam grau de parentesco com membros da diretoria da ENTIDADE, sejam estes contratados ou prestadores de serviço autônomo;
- k) Contratação de empresa de propriedade de membros da diretoria da ENTIDADE ou ainda, de propriedade de pessoas que possuam grau de parentesco com estes.

### SEGUNDA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1. Os recursos financeiros repassados à entidade poderão ser utilizados para as despesas relacionadas a seguir:

#### 2.1.1 – PESSOAL

Pagamento de profissionais da educação, habilitados para dar atendimento as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais, a saber: professor, orientador pedagógico, diretor pedagógico, pedagogo

Para que os alunos tenham sucesso no processo educacional regular consideram-se importante a suplementação técnica dos apoiadores nas áreas de terapia ocupacional, fisioterapia, psicologia, fonoaudiologia, orientação e mobilidade e digitador braile, desde que atuem efetivamente no atendimento e acompanhamento dos estudos da rede municipal de ensino, FUMEC, entidades da Educação Infantil conveniada da SME e Naves Mães, segundo orientações e diretrizes do projeto pedagógico aprovado pela SME.

#### 2.1.2 – ENCARGOS E/OU BENEFÍCIOS TRABALHISTAS

Pagamentos devidamente comprovados através de documentos fiscais, de encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e benefícios relacionados a seguir:

- a) 13º salário, férias, 1/3 de férias, descanso semanal remunerado, aviso prévio, rescisão contratual no que se refere a salários e férias devidos;
- b) IRRF, INSS e FGTS;
- c) Hora-extra;
- d) Adicional por tempo de serviço, biênio, anuênio;
- e) Vale transporte;
- f) Auxílio creche;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

- g) Seguro de vida em grupo;
- h) Cesta Básica;
- i) Vale Alimentação.

Os Benefícios mencionados no subitem 2 - Encargos e/ou Benefícios Trabalhistas, letras f – g – h – i, somente serão aceitos desde que estejam contemplados na convenção coletiva do sindicato, no qual a Entidade está devidamente filiada.

### 2.1.3 - CONSUMO

Aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da ENTIDADE, tais como:

- a) Material de higiene e limpeza, material de papelaria/escritório destinado às crianças, jovens e adultos, cartucho/fitas para impressora e toner para máquina copiadora;
- b) Materiais pedagógicos tais como: CDs, DVDs, filmes, livros, bonecos didáticos, fantasias e outros materiais pedagógicos destinados às crianças, jovens e adultos;
- c) Aquisição de brinquedos e jogos educativos adequados à faixa etária, EXCETO aqueles considerados PERMANENTES;
- d) Material esportivo e coletes para jogos voltados à área de educação física, para uso coletivo das crianças, jovens e adultos, EXCETO aqueles considerados PERMANENTES;
- e) Aquisição de espelhos de qualquer tamanho, com ou sem moldura;
- f) Aquisição de tecidos para confecção de material pedagógico, de fantasias, de cortinas para sala de aula, de toalhas para recinto dos alunos e para mesas de refeitório e outros que se destinem ao bem estar das crianças, jovens e adultos;
- g) Aquisição de tapetes, colchões, colchonetes, roupas de cama, mesa e banho, cortinas, capas para colchão e colchonete destinado às crianças, jovens e adultos.

### 2.1.4 - TARIFAS E SERVIÇOS

Pagamento de tarifas e serviços necessários ao funcionamento da entidade, tais como:

- a) Serviços de fotocópias, de correios e de revelação de fotografias;
- b) Assinatura de revista que sirvam de subsídio para a área pedagógica;
- c) Manutenção de máquina de lavar, secar, fogão, geladeira, freezer, coifa e recarga de extintores;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

---

- d) Manutenção de equipamentos de caráter pedagógico que sirvam diretamente às crianças, jovens e adultos como: gravador, televisão, som, vídeo cassete, dvd, mimeógrafo, máquina copiadora, computador, impressora, playground e mobiliários de uso das crianças, jovens e adultos;
- e) Participação em cursos, seminários e congressos em território nacional de curta duração (30 horas) destinados aos profissionais de educação, cujos conteúdos correspondam ao aprofundamento do projeto pedagógico da ENTIDADE ou à implantação de novos programas curriculares, com a devida comprovação de participação;
- f) Realização de cursos destinados aos profissionais de educação da SME, das Entidades de Educação Infantil conveniadas da SME, Nave Mãe e FUMEC, elaborados e organizados juntamente com o Núcleo de Educação Especial da Coordenadoria de Educação Básica;
- g) Passeios vinculados às atividades educativas (exclusivamente despesa com transporte de crianças, jovens e adultos, devidamente regularizado e efetuado por empresa habilitada) e ingressos;
- h) Aquisição de brinquedos educativos confeccionados artesanalmente, EXCETO aqueles com características de bem PERMANENTE.

**2.1.5-** Conforme a Constituição Federal e a LDBN em seus artigos nº 58, 59 e 60, instituições especializadas são aquelas com atuação exclusiva em educação especial "para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público", não substituindo o direito à educação oferecida em classe comum do ensino regular de acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente – Lei 8.069/90, a Entidade deverá desenvolver suas ações em conformidade com o estabelecido no Projeto Pedagógico apresentado e cujas metas passam a ser parte integrante deste Termo de Convênio.

### TERCEIRA - DO VALOR DOS RECURSOS

**3.1.** Para a concretização dos objetivos do presente convênio, a SME (Secretaria Municipal de Educação), fará o repasse trimestral, sendo o primeiro no início da vigência e os demais no quinto dia útil do mês subsequente a cada trimestre de referência, dos recursos financeiros oriundos da dotação orçamentária correspondente ao exercício do ano de 2012, cujo montante será calculado



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

pelo trabalho realizado, no paradigma da educação inclusiva, levando em consideração os seguintes critérios:

### 3.1.1. Critérios:

Com a inclusão das crianças, jovens e adultos na rede regular de ensino, as entidades de educação especial deverão levar em conta:

- a) Número de vagas oferecidas aos alunos da rede regular municipal, FUMEC, entidades de educação infantil conveniadas à SME e Naves Mães para o apoio;
- b) O trabalho da entidade de educação especial em relação à suplementação e complementação a escola regular municipal, FUMEC, entidades de educação infantil conveniadas à SME e Naves Mães;
- c) Contatos com os professores de educação especial das escolas regulares municipal, entidades de educação infantil conveniadas à SME, FUMEC, e Naves Mães;
- d) Esclarecimento às famílias dos direitos das pessoas com deficiência nos serviços oferecidos nas áreas da educação, saúde, transporte entre outros;
- e) Projeção e atendimento efetivamente realizados;
- f) Existência de quadro de recursos humanos compatíveis com as necessidades de atendimento aos alunos das escolas regulares municipais, entidades de educação infantil conveniadas à SME, FUMEC, e Naves Mães;

3.1.2. O Plano de Aplicação de Recursos – Anual (Anexo I), parte integrante do Termo de Convênio será elaborado e apresentado pela Entidade, com despesas regulamentadas conforme Cláusula Segunda.

3.1.3. Os recursos transferidos pela SME (Secretaria Municipal de Educação) à ENTIDADE, em função deste Termo de Convênio, serão depositados em contas exclusivas, no Banco do Brasil, para movimentação dos recursos destinados à execução do objeto deste termo, não podendo recursos oriundos de repasses de outros convênios que comporem esta movimentação bancária.

3.1.4. A ENTIDADE receberá o montante de **R\$ 332.177,09** (Trezentos e Trinta e Dois Mil, Cento e Setenta e Sete Reais e Nove centavos), em parcelas trimestrais.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

3.1.5. Durante o prazo de vigência do termo de convênio, eventual saldo de recursos poderá ser acumulado à parcela subsequente para execução do objeto.

### QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA SME

#### 4.1. Compete à SME:

- a) Organizar a rede de atendimento educacional prestado pela Entidade e pelo serviço Público;
- b) Proceder, por intermédio da Coordenadoria de Educação Básica - Departamento Pedagógico da SME, o acompanhamento e avaliação do atendimento realizado pela Entidade no que se refere à COMPLEMENTAÇÃO ao trabalho regular da Rede Regular Municipal de Ensino, entidades da Educação Infantil conveniada da SME e Nave Mãe FUMEC;
- c) Transferir à ENTIDADE, nos valores e datas estipulados, os recursos de que trata a Cláusula Terceira, desde que devidamente comprovada a aplicação dos respectivos recursos no atendimento realizado pela ENTIDADE;
- d) Rever, alterar, suspender temporariamente ou cancelar o repasse de recursos nos casos em que a ENTIDADE não apresentar a prestação de contas, tiver a prestação de contas rejeitada, utilizar os recursos em desacordo com os critérios estabelecidos ou ainda, descumprir o previsto no Projeto Pedagógico;
- e) Receber e analisar as prestações de contas, por intermédio do Departamento Financeiro, apresentadas mensalmente pela ENTIDADE;
- f) Fiscalizar a utilização dos recursos, observando as cláusulas deste Termo de Convênio e as metas previstas no Projeto Pedagógico apresentado em consonância com a Política Pública de Educação Especial da SME (Secretaria Municipal de Educação).
- g) Elaborar relatório governamental sobre a execução do objeto do convênio contendo comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados.
- h) Emitir parecer conclusivo elaborado nos termos do artigo 370 da Instrução Normativa nº 02/08 das disposições Finais do Tribunal de Contas.

### QUINTA - OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

---

### 5.1. Compete à **ENTIDADE**:

- a) Executar o programa de educação especial nos termos da Cláusula primeira e segunda;
- b) Convergir esforços e utilizar recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprir o Projeto Pedagógico;
- c) Manter organizadas e atualizadas as fichas cadastrais e registro de frequência, contendo relação nominal de todas as crianças, jovens e adultos com deficiência atendidos da Rede Regular Municipal de Ensino, FUMEC, Entidades de Educação Infantil conveniadas à SME e Naves Mães;
- d) Atender o número de crianças, jovens e adultos com deficiência de acordo com o projeto pedagógico e ofício enviado à Coordenadoria de Educação Básica, na complementação à Rede Regular Municipal de Ensino, FUMEC, Entidades de Educação Infantil conveniadas à SME e Naves Mães;
- e) Apresentar mensalmente ao Núcleo de Educação Especial da Coordenadoria de Educação Básica o controle de frequência dos atendimentos realizados com as crianças, jovens e adultos com deficiência, matriculados na Rede Regular Municipal de Ensino, FUMEC, Entidades de Educação Infantil conveniadas à SME e Naves Mães. O controle será feito de fevereiro a dezembro do corrente ano;
- f) Informar à SME (Secretaria Municipal de Educação), por meio do Núcleo de Educação Especial da Coordenadoria de Educação Básica, as ausências das crianças, jovens e adultos com deficiência, para controle e preenchimento das vagas, quando for necessário;
- g) Prestar à SME (Secretaria Municipal de Educação), todas as informações referentes aos indicadores de resultados relevantes à avaliação da execução do objeto do presente Termo de Convênio;
- h) Aplicar, integralmente, os recursos transferidos pela SME (Secretaria Municipal de Educação), no atendimento objeto do presente Termo de Convênio, observando a destinação especificada na Cláusula Terceira;
- i) Enviar à SME (Secretaria Municipal de Educação), até o décimo dia útil de cada mês a prestação de contas dos recursos recebidos;
- j) Regularizar as pendências apontadas pelo Departamento Financeiro e pelo Departamento Pedagógico no prazo de 10 (dez) dias;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

---

- k) Submeter-se à penalidade de retenção, alteração ou suspensão das parcelas subseqüentes até sua regularização, quando constatadas quaisquer irregularidades;
- l) Obrigar-se a devolver o saldo à municipalidade, na finalização deste termo de convênio em caso de não utilização da totalidade dos recursos ou da utilização indevida;
- m) Aplicar os saldos do convênio enquanto não utilizados, em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, se a sua utilização ocorrer em prazo inferior a um mês e os rendimentos vier a ser superiores aos encargos financeiros dela resultantes.
- n) Utilizar os eventuais rendimentos de aplicação financeira no atendimento do objeto do referido termo de convênio ou devolvê-los à municipalidade;
- o) Apresentar, ao final da vigência do convênio, juntamente com a prestação de contas do último desembolso, um relatório geral das atividades;
- p) Recrutar e manter profissionais com grau de instrução compatível com a função desempenhada, necessária ao desenvolvimento do trabalho proposto pela entidade, com habilitação mínima exigida pela LDBN - Seção Educação Especial e nas Diretrizes Nacionais para Educação Especial do MEC/2001, no caso dos pedagogos de educação especial e técnicos especializados;
- q) Enviar à SME (Secretaria Municipal de Educação), por meio da Coordenadoria de Educação Básica, na vigência do presente, o relatório do trabalho desenvolvido junto às crianças, jovens e adultos com deficiência no processo inclusivo, sempre que solicitado;
- r) Informar às famílias os direitos constitucionais que rezam em favor de seus filhos ou tutelados com deficiência;
- s) Justificar, quando não houver encaminhamento de crianças, jovens e adultos com deficiência à rede regular de ensino, em função da falta de vagas ou por opção da família em não realizar a matrícula no ensino regular público;
- t) Assegurar atendimento qualificado correspondente à modalidade proposta para o seu público alvo, por meio de projeto pedagógico que venha ao encontro das necessidades das crianças, jovens e adultos com deficiência, conforme estabelecido na Lei nº 9.394/96 (LDBN), Lei nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente, na resolução 006/01 do CMDCA;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

---

- u) A elaboração da proposta de trabalho deve resultar de um processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, funcionários, famílias, de acordo com as Diretrizes Curriculares de Educação Especial e a Política Nacional da Educação Especial em consonância com a Política Pública de Educação Especial do Município de Campinas;
- v) Complementar as escolas regulares em todos os níveis de ensino, partindo do pressuposto de que a entidade não pode substituir o ensino regular, mas sim complementar o desenvolvimento integrado do aluno;
- w) Desenvolver atividade técnica e apoio educacional com crianças, jovens e adultos com deficiência matriculados Rede Regular Municipal de Ensino, entidades da Educação Infantil conveniada da SME e Nave Mãe FUMEC;
- x) Atender a demanda por vagas, conforme disponibilidade da ENTIDADE, dando preferência às crianças, jovens e adultos com deficiência, da Rede Regular Municipal de Ensino, entidades da Educação Infantil conveniada da SME e Nave Mãe FUMEC;
- y) Garantir a participação dos integrantes da ENTIDADE, dos familiares e comunidade nas decisões referentes à aplicação dos recursos recebidos, bem como na execução do projeto pedagógico apresentado;
- z) Elaborar e executar o Projeto Pedagógico, respeitando as diretrizes curriculares legais e orientações da SME;
- aa) Informar à comunidade local a existência do convênio com a Prefeitura Municipal de Campinas, através de meios de comunicação visual permanente e de grande visibilidade.

### SEXTA – DA COMUNICAÇÃO

6.1. A ENTIDADE comunicará, por escrito e imediatamente, à Secretaria Municipal de Educação, todo e qualquer fato que considerar relevante e que venha, ou possa vir, a interferir no presente Termo de Convênio.

### SÉTIMA - DO PRAZO

7.1. O presente convênio vigorará a partir de 01/02/2012 até 31/01/2013, podendo ser prorrogado por até 5 (cinco) anos.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

---

7.1.1. O presente convênio poderá ser denunciado por acordo entre os partícipes ou, unilateralmente, no caso de infração de qualquer de suas cláusulas. A denúncia operará os efeitos trinta dias após a notificação extrajudicial, que poderá ser encaminhada por correspondência com aviso de recebimento, mediante recibo ou por qualquer meio que comprove o inequívoco recebimento da notificação pela ENTIDADE.

### OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. A ENTIDADE deverá apresentar a prestação de contas **mensalmente**, até o décimo dia útil de cada mês, composta dos seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento dirigido ao Prefeito Municipal
- b) Demonstrativo de execução físico-financeira dos recursos repassados, conforme modelo a ser fornecido pela SME;
- c) Cópia do extrato bancário da conta corrente específica para movimentação dos recursos e cópia de extrato de aplicação financeira, caso tenha ocorrido;
- d) Documentos originais, e suas respectivas cópias, das despesas discriminadas no demonstrativo de execução físico-financeira;
- e) Justificativa formal para esclarecimento de eventuais situações contrárias ao exposto neste Termo de Convênio que venham a ocorrer e possam gerar dúvidas na análise das contas;
- f) Conciliação Bancária;
- g) Comprovante de depósito para a SME de eventual saldo não utilizado quando do encerramento do prazo de execução do Termo de Convênio, em conta bancária específica a ser indicada pela SME;
- h) Comprovante de recolhimento de encargos sociais e trabalhistas dos funcionários e colaboradores constantes do pagamento como pessoal autorizado.

8.1.1. A Conveniada deverá apresentar relatório anual sobre as atividades desenvolvidas com os recursos próprios e as verbas públicas repassadas.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

---

### NONA - DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

#### 9.1. Compete à ENTIDADE E À SME:

- a) A SME fará o acompanhamento e gerenciamento contínuo deste Convênio, através dos servidores dos departamentos Financeiro e Pedagógico. O **Departamento Financeiro**, através de sua Coordenadoria Setorial de Administração e Gerenciamento de Convênios e o **Departamento Pedagógico**, através de sua Coordenadoria de Educação Básica, através de servidores indicados pelo Secretário Municipal de Educação.
- b) A Entidade fará o acompanhamento e gerenciamento contínuo deste Convênio, através dos responsáveis pelas áreas, Financeira e Pedagógica, indicados pela entidade em declaração formalmente entregue a SME presentes nos autos do processo.
- c) No caso de alteração dos responsáveis pelo acompanhamento e gerenciamento contínuo deste Convênio, as partes se obrigam a comunicarem entre si, bem como documentarem a referida alteração no protocolado correspondente.

### DÉCIMA – DO REPASSE

10.1. O repasse dos recursos será suspenso temporariamente ou cancelado nos casos em que a ENTIDADE não apresentar a prestação de contas no prazo determinado, tiver a prestação de contas rejeitada, utilizar os recursos em desacordo com os critérios estabelecidos ou descumprir o previsto no Projeto Sócio - Pedagógico apresentado.

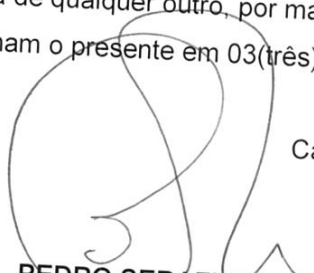


## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

### DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO:

11.1. As partes elegem o foro da Comarca de Campinas para dirimir qualquer dúvida ou questão oriunda deste convênio, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem certas e ajustadas, firmam o presente em 03(três) vias de igual teor e forma.

Campinas, 01 de Fevereiro de 2012.



**PEDRO SERAFIM**  
Prefeito Municipal



**ANTONIO CARIA NETO**  
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos



**EDUARDO JOSÉ PEREIRA COELHO**  
Secretário Municipal de Educação



**ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS AUTISTAS EM CAMPINAS**  
Presidente: Ricardo Jordão Rocha  
RG: 3.632.885-6  
CPF: 667.590.138-91



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

### TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO AO TCESP

**Processo Administrativo** nº 11/10/45260

**Interessado:** Secretaria Municipal de Educação

**Conveniente:** Município de Campinas

**Conveniada:** Associação para o Desenvolvimento dos Autistas em Campinas - ADACAMP

**Termo de Convênio** nº 10/12

**Objeto:** Execução de programas complementares de Educação Infantil

Na qualidade de **CONVENIENTE** e **CONVENIADA**, respectivamente, do Termo Contratual acima identificado e, cientes do seu encaminhamento ao **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por **CIENTES** e **NOTIFICADOS** para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final a sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Campinas, 01 de fevereiro de 2012.

**PEDRO SERAFIM**  
Prefeito Municipal

**ANTONIO CARIA NETO**  
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos

**EDUARDO JOSÉ PEREIRA COELHO**  
Secretário Municipal de Educação

**ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS AUTISTAS EM CAMPINAS - ADACAMP**  
Presidente